


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 3 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-902-8

DOI 10.22533/at.ed.028211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

O terceiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Serviço Social e Formação Profissional que apresenta oito artigos discutindo os fundamentos ontológicos da racionalidade burguesa, o método em Marx, a construção da identidade profissional, o Projeto Ético Político, Determinantes Raciais, acessibilidade cultural e as implicações e rebatimentos na formação profissional do Assistente Social.

O segundo eixo temático coloca em evidência através de oito artigos a discussão Serviço Social e Políticas Públicas com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de direitos humanos, assistência estudantil, sindicalismo, situação migratória, extensão universitária e adoção.

O terceiro eixo temático coloca em evidência, através de três artigos a temática do Serviço Social e Racismo Estrutural discutindo ações afirmativas, medidas socioeducativas e estereótipos de classe e raça.

O quarto eixo temático Políticas Sociais e Defesa de Direitos apresenta quatro experiências de trabalho com projetos voltados para revisão do Plano Diretor, PET Engenharias, Multiculturalismo e Cuidado através das Redes Sociais.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

CAPÍTULO 1..... 1

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA RACIONALIDADE BURGUESA DECADENTE E O SERVIÇO SOCIAL

Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas
André Monteiro Moraes
Analice Barreto de Moura Costa Freitas

DOI 10.22533/at.ed.0282115031

CAPÍTULO 2..... 12

O MÉTODO DE MARX E O SERVIÇO SOCIAL

Rafaela Vieira

DOI 10.22533/at.ed.0282115032

CAPÍTULO 3..... 20

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE OFENSIVA NEOLIBERAL: REFLEXÕES ACERCA DOS REBATIMENTOS FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Gabrielle Chaves Silva
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti
Carina Felix Bezerra
Kíssia Wendy Silva de Sousa
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Maria de Medeiros Martins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rafaela Leandro Pereira
Paloma Lima dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115033

CAPÍTULO 4..... 32

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL

Érica Pollyana Oliveira Nunes
Lara Iara Gomes Borges
Eliane Marques de Menezes Amicucci

DOI 10.22533/at.ed.0282115034

CAPÍTULO 5..... 44

DOCÊNCIA EM SERVIÇO SOCIAL: PROBLEMATIZAÇÕES NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Evelyn Secco Faquin
Líria Maria Bettiol Lanza

DOI 10.22533/at.ed.0282115035

CAPÍTULO 6..... 50

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS DETERMINAÇÕES RACIAIS, PATRIARCAIS E CLASSISTAS COMO FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL

Vanessa Bezerra de Souza
Marco Antonio da Silva Santos
Luana Fernandes Pereira
Angela Carvalho de Almeida Coelho

DOI 10.22533/at.ed.0282115036

CAPÍTULO 7..... 57

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Diego Augusto Rivas dos Santos
Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI 10.22533/at.ed.0282115037

CAPÍTULO 8..... 69

ALÉM DO QUE SE VÊ: ACESSIBILIDADE CULTURAL, UMA DISCIPLINA PREMENTE AO SERVIÇO SOCIAL

Ellen Soares Santos

DOI 10.22533/at.ed.0282115038

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 9..... 81

DIREITOS HUMANOS E SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS SOB A LUZ DO CAPITAL

André Monteiro Moraes
Adaíres Eliane Dantas dos Santos
Ana Carolina Gaia de Sousa
Jéssica Rafaela Maciel Gomes
Neyde Jussara Gomes Abdala Rodrigues
Tatiany Fernandes Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0282115039

CAPÍTULO 10..... 90

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPO DE CRISE DO CAPITAL: A REALIDADE DA UFRN

Maria Aparecida do Nascimento Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150310

CAPÍTULO 11 99

OS DESAFIOS ÉTICOS-POLÍTICOS NA INTERIORIZAÇÃO DO CRESS 3ª REGIÃO NO NORTE DO ESTADO DO CEARÁ

Rita Wigna de Souza Silva
Alessandra Carvalho Nobrega Duarte

Leidiana do Nascimento Pinto
Margarida Emília Albano
Carlos Silva Barbosa
Francisco Natanel Lopes Ribeiro
Jani Mesquita Rodrigues
Fernanda Maria Magalhães Silveira
Iara Leite de Sousa
Raquel Leite Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.02821150311

CAPÍTULO 12..... 110

REFLEXÕES SOBRE ESTADO E SINDICALISMO NO BRASIL

Albany Mendonça Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150312

CAPÍTULO 13..... 122

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO
CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Aldení Gomes de Araújo Júnior

Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.02821150313

CAPÍTULO 14..... 133

RESPOSTA DA SOCIEDADE CIVIL FRENTE A SITUAÇÃO MIGRATÓRIA VENEZUELANA
EM MANAUS

Andreia Cristina Gomes Taniguchi

Janaina Zildeia da Silva Paiva

DOI 10.22533/at.ed.02821150314

CAPÍTULO 15..... 142

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA JUNTO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA
EXPERIÊNCIA DE ASSESSORIA À COORDENAÇÃO DOS CLUBES DE MÃES DE
CAMPINA GRANDE-PB

Sandra Amélia Sampaio Silveira

Erika Rafaela Sousa Ataíde

Cristiane Tavares de Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.02821150315

CAPÍTULO 16..... 152

FILHO DO AFETO: RELATO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM CASO DE ADOÇÃO
HOMOFETIVA

Arlete Lima Cândido

Rosimeri Limeira Ramos

DOI 10.22533/at.ed.02821150316

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO ESTRUTURAL

CAPÍTULO 17..... 157

A DIMENSÃO AFIRMATIVA DAS AÇÕES: MOVIMENTOS SOCIAIS E AFROCIDANIZAÇÃO

Reinaldo da Silva Guimarães

Luciene Gustavo Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150317

CAPÍTULO 18..... 170

NEGRO, EDUCAÇÃO E AÇÕES AFIRMATIVAS: AINDA PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO

Ana Carolina Tavares de Mello

DOI 10.22533/at.ed.02821150318

CAPÍTULO 19..... 181

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE MEIO ABERTO E OS ESTERÓTIPOS DE CLASSE E RAÇA

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.02821150319

POLITICAS SOCIAIS E DEFESA DE DIREITOS

CAPÍTULO 20..... 193

O DESAFIO DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LONDRINA/PR - 2018/2028

Ideni Terezinha Antonello

Léia Aparecida Veiga

Alan Alves Alievi

DOI 10.22533/at.ed.02821150320

CAPÍTULO 21..... 204

ATIVIDADES SOCIAIS E O GRUPO PET: ABORDAGEM REALIZADA PELO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA

Guilherme Gil Fernandes

Mikelly Bonfim Anjos

Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior

Felipe Gonçalves Moura

Julianny de Souza Oliveira

Thavane Ferreira de Almeida

Lara de Oliveira Carvalho

Pedro Henrique Rocha Chaves

Luca de Almeida Brito

Marília Aguiar Rodrigues

Alex França Andrade

Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.02821150321

CAPÍTULO 22.....	209
MULTICULTURALISMO E EDUCAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS DESTA RELAÇÃO DE CRISE	
Viviane Bernadeth Gandra Brandão Iara Soares de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.02821150322	
CAPÍTULO 23.....	220
CONFIGURAÇÃO DO CUIDADO POR MEIO DAS REDES SOCIAIS DE APOIO ÀS MULHERES IDOSAS QUE RESIDEM SOZINHAS	
Luana Fernandes Silva Paes Simone Caldas Tavares Mafra Mariana de Paula Oliveira Reinaldo Antônio Bastos Filho	
DOI 10.22533/at.ed.02821150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	232
ÍNDICE REMISSIVO.....	233

CAPÍTULO 7

SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA AO CONSERVADORISMO: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993

Data de aceite: 01/03/2021

Diego Augusto Rivas dos Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ)

Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO
Coordenador de Curso de Pós Graduação
Lato Sensu em Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero (Ensin-e/Inove Saber)
Professor em Curso de Pós Graduação, Atualização e Preparatório do NEZO e Inove Saber
<http://lattes.cnpq.br/3067772786480197>
Rio de Janeiro – RJ

Vaniele Soares da Cunha Copello

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Coordenadora do Curso de Serviço Social da Unigranrio e professora
<http://lattes.cnpq.br/6128969307356937>
São João de Meriti – RJ

RESUMO: Este artigo tem por objetivo propiciar uma discussão sobre a ética na contemporaneidade no âmbito do Serviço Social frente a onda conservadora que se infiltrou no Brasil. Sabemos, que o conhecimento acerca da ética é imprescindível na formação profissional das(os) Assistentes Sociais, pois cabe a este profissional, lutar para que as liberdades de ação e pensamento sejam asseguradas.

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Moral; Assistente Social; Código de Ética.

ETHICS IN TIMES OF RESISTANCE TO CONSERVATISM: A REFLECTION ON THE ELEVEN (11) FUNDAMENTAL PRINCIPLES OF THE SOCIAL WORKER'S CODE OF ETHICS OF 1993

ABSTRACT: This article aims to provide a discussion about the ethics of contemporary social service in the face of the conservative wave that infiltrated Brazil. We know that knowledge about ethics is essential in the professional training of Social Workers, because it is up to this professional to strive for the freedoms of action and thought to be assured.

KEYWORDS: Ethics; Moral; Social Worker; Code of ethics.

1 | INTRODUÇÃO

Esse estudo preliminar sobre Ética e Serviço Social na contemporaneidade surge a partir da necessidade de produzir conhecimento acerca do atual momento econômico, político, social e cultural vivenciado pela maioria dos brasileiros. Nosso objetivo é reforçar que a(o) Assistente Social é porta-voz de uma sociedade, sendo assim, deve lutar constantemente pelo aprofundamento da democracia e contra todo e qualquer tipo de violência, preconceito ou demais violações de direitos, conforme preconizado nos componentes legislativos da profissão. Nesta produção teórica, teremos como base para as reflexões os onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993.

SOCIAL SERVICE AND PROFESSIONAL

A produção teórica abaixo, é fruto de muitas inquietudes e indagações, resultantes do momento acalorado, onde algumas pessoas afirmam que vivenciamos uma verdadeira crise moral e ética. Tal pesquisa, visa estimular uma reflexão mais aprofundada sobre o real papel da(o) Assistente Social no cenário atual, de acordo com os princípios ético políticos preconizados em seu Código de Ética. Para atingir tais objetivos, utilizamos como metodologia, uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfica, fruto de leituras e anotações, oriundas da vivência e experiência docente de ambos os autores deste estudo, durante algum tempo, lecionando a disciplina de Serviço Social e Ética Profissional, além de experiências empíricas e cotidianas, cujas situações contemporâneas nos colocam a refletir sobre ética a todo momento em diversas situações. As reflexões aqui propostas, encontram-se pautadas na teoria social crítica de Marx, contemplando as categorias: totalidade; historicidade e contradição.

2 | ÉTICA E MORAL

Ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para responder a três grandes questões da vida: **(1) quero? (2) devo?; (3) posso? Nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero.** Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve. (CORTELLA, Mario Sérgio¹. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).

A palavra ética é utilizada cotidianamente pelos indivíduos, porém nem todos sabem explicar facilmente o seu significado. Para início de conversa, ética não se resume a ética profissional, pelo contrário, envolve uma discussão de base filosófica. Para abordarmos, o conceito de ética é imprescindível definir inicialmente o significado de valor e moral.

Pautadas no senso comum e de forma superficial surgem alguns significados para moral, como por exemplo, a moral geralmente atrelada a uma obrigação formal, onde, proibisse um comportamento contrário ao estipulado pelas normas dominantes. Caso, um indivíduo, comporte-se de forma diferente do padrão imposto pela sociedade, ele é visto como imoral.

A moral muita das vezes está associada a um conjunto de valores legitimados pela tradição e pelos costumes classificados como “corretos”, “justos” e “bons”. Podemos exemplificar, esse conceito de moral, quando algumas pessoas se mostram contrárias a adoção de crianças por casais homoafetivos. Isto ocorre, devido nas sociedades historicamente ter prevalecido um padrão heterossexual, onde somente casais formados

¹ Mario Sergio Cortella (1954) é um filósofo, escritor e professor paranaense. É graduado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora de Medianeira, mestre e doutor em Educação pela PUC-SP. Foi professor titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e de pós-graduação em Educação da PUC-São Paulo, onde trabalhou de 1977 a 2012. Mario Sergio Cortella foi secretário Municipal de Educação de São Paulo, entre 1991 e 1992. Desde 1997 é professor convidado da Fundação Dom Cabral. Mario Sergio Cortella é autor de diversas obras no campo da Filosofia e da Educação. Disponível em: https://www.pensador.com/autor/mario_serjio_cortella/biografia/. Acesso em: 26/02/19.

por pessoas do sexo masculino unidas a uma outra do sexo feminino seriam “capazes” ou teriam o “direito” de adotar crianças, pois o padrão de família nuclear/conjugal era o único reconhecido até pouco tempo como “aceitável” e “normal” pela sociedade.

Sendo assim, parece correto apontar que o modelo de família nuclear/conjugal se caracteriza como o “certo” e capaz de adotar crianças. Deste modo, as famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais da família nuclear/conjugal são consideradas como famílias “desorganizadas” e ou “desestruturadas”², de acordo com o pensamento conservador. Quando existem ideias que se contrapõem a tradição cultural, até então predominante, e busca-se romper com essa idealização de modelo padrão, instaura-se um conflito moral.

Atualmente e de forma intensificada, o discurso sobre o resgate e a reatualização da moral e dos bons costumes volta à tona, cuja a moral assume uma função de normatizar, não possibilitando questionamentos as regras e hábitos vigentes, por meio de uma absolutização de valores.

De acordo com o pensamento crítico, presente na referência de Vasquez (2004), a moral representa um sistema de normas, princípios e valores que regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos ou entre eles e a comunidade. Por este viés, a moral apresenta-se como uma dimensão da vida social prática construída historicamente, expressa de diversas formas e em diversos espaços. (escolha de valor).

O conceito de valor frequentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Os valores podem expressar sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas das vezes a base de nossas lutas e compromissos. Temos como exemplo os valores: culturais; individuais e universais.

Segundo Vázquez (2004) a moral sempre existiu, pois todo ser humano possui a consciência moral, que o leva a distinguir o bem do mal no contexto em que vive, surgindo realmente quando o homem passou a fazer parte de agrupamentos, isto é, surgiu nas sociedades primitivas, nas primeiras tribos, ou seja, a moral atinge a grupos específicos e é dotada de um caráter histórico social.

Ainda sobre a moral, e debruçado nos estudos de Vázquez (2004) existem três aspectos fundamentais:

- a) Os princípios, valores ou normas validados por uma comunidade e/ou sociedade e adotados como modelos de comportamento não são eternos;
- b) O comportamento moral trata-se de uma conduta que tem consequências, tornando-se objeto de aprovação ou reprovação ou classificado como: bom ou ruim; certo ou errado.
- c) As ideias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em

² Ressaltamos que o Assistente Social não se refere a uma família como “desorganizada” ou “desestruturada” apenas utilizamos essas terminologias para compreensão do conceito de moral pautado no pensamento conservador. O Assistente Social trabalha com o conceito de família no sentido plural, reconhecendo todos os arranjos familiares, as diversas tipologias e configurações.

correspondência com uma necessidade social.

Para Vázquez (2004), a moral também apresenta uma função social, ou seja, cabe a ela regulamentar as relações entre os seres sociais, contribuindo assim para manter e garantir uma determinada ordem social. O indivíduo se comporta moralmente no quadro de certas relações e condições sociais determinadas que ele não escolheu, e dentro de um sistema de princípio, valores e normas morais que não inventou, mas que recebe socialmente segundo o qual regula suas relações com os demais ou com a comunidade inteira.

Percebemos então, que formam-se aos poucos as ideias morais e os modelos de comportamento moral dos seres sociais. Os indivíduos agem de acordo com as normas aceitas por um grupo social ou por toda a sociedade/comunidade, sancionadas pela opinião e sustentadas pela fiscalização dos demais.

No nosso dia-a-dia, acabamos não fazendo uma distinção entre ética e moral, e até mesmo, de forma equivocada ou seguindo a lógica do senso comum, tratamos essas duas palavras como sinônimas. Mas, os pensadores e estudiosos fazem questão de apresentar e comprovar a distinção entre essas duas palavras.

Podemos dizer, a partir dos textos de Platão e Aristóteles, que a ética teria surgido com Sócrates, no Ocidente, denominada de ética ou filosofia moral. Para Sócrates, o conceito de ética iria além do senso comum da sua época, o corpo seria a prisão da alma, que é imutável e eterna. Existiria um “bem em si” próprios da sabedoria da alma e que podem ser rememorados pelo aprendizado. Segundo Sócrates, a ética investiga e explica as normas morais, pois leva o homem a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência. Vázquez (1998) aponta que a ética é teórica e reflexiva, enquanto a moral é eminentemente prática. Uma completa a outra, havendo um inter-relacionamento entre ambas, pois na ação humana, o conhecer e o agir são indissociáveis. Em síntese:

- a. a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, sendo a moral normativa;
- b. enquanto a ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica.
- c. Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. (VÁZQUEZ, 1998).

Sabemos que nenhum indivíduo vive isolado, ou seja, para o ser humano: viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se

descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. No pensamento de Vázquez (1998), é nas relações cotidianas dos indivíduos entre si que surgem problemas de ordem prática, envolvendo decisões e ações, com isso temos a gênese dos problemas e das indagações morais que nos leva as seguintes perguntas: O que devo fazer? Como agir em determinada situação? Como me comportar perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que julgam mais apropriadas ou mais dignas de serem cumpridas, sendo assim, não costumamos refletir e buscar os “porquês” de nossas escolhas e decisões. Acabamos agindo pela força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade posta. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos uma análise crítica e reflexiva das situações que vivemos e dos fenômenos que nos rodeiam.

3 | SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS

Neste item, iremos tratar das bases sócio históricas da constituição da ética, para isso, abordaremos os fundamentos ontológicos³ do ser social.

A relação estabelecida entre homem e natureza é fundamental para a perpetuação da espécie humana. No plano ontológico, o ser humano produz e reproduz em relação a outras dimensões da vida humana como: comer, beber, ter onde morar, ter como se aquecer, dentre outras necessidades, na qual ele precisa realizar a atividade denominada como trabalho⁴ para conseguir sobreviver. Isso significa que, sem a satisfação das necessidades humanas pelo processo denominado como trabalho, nenhuma outra atividade poderá ser realizada, por isso, compreendemos o trabalho como o eixo fundante do ser social.

Segundo Barroco (2008), os fundamentos ontológicos do ser social são a base de constituição das capacidades humanas que permitem ao homem se comportar eticamente. É no processo histórico de construção do ser social que são tecidas as possibilidades do homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Ainda pautado na obra de Barroco (2008), a ética tem sua gênese na autoconstrução do ser social, ou seja, as capacidades essenciais do ser social são construídas por ele no seu processo de humanização.

Existem várias formas e tipos de condutas éticas, como, por exemplo, na política, na

3 Ontologia é a ciência que estuda a natureza, a realidade e a existência do ser social, ou falarmos em fundamentos ontológicos, estamos nos referindo as bases e os princípios que possibilitam a existência do ser social.

4 O conceito de trabalho é muito mais amplo do que a mera associação a venda da força de trabalho em troca de um salário, conforme ocorre no modo de produção capitalista. O trabalho compreende qualquer atividade realizada pelo ser social, cujo objetivo é a satisfação das suas necessidades básicas para garantir a sua sobrevivência, por meio de uma relação homem/natureza.

religião e na profissão, sendo esta última conduzida pelo código regulador das ações que determinam os modelos de condutas para seus membros. A ética profissional vem fornecer e esclarecer princípios, normas e diretrizes de comportamento moral específicos que devem ser ressaltados para melhor conduta da atuação profissional. A ética profissional representa a forma de mostrar a conduta adequada, como o profissional deve agir, respeitando a si mesmo e as outros.

Quando nos referimos a um Código de Ética, estamos tratando de uma dimensão da ética profissional que remete o caráter normativo e jurídico que regulamenta uma profissão, no que concerne às implicações éticas de sua ação. E que não deve ser visto somente pelo seu caráter punitivo, mas como um instrumento privilegiado que permite à profissão expressar sua identidade ético – política a sociedade.

No que tange, a trajetória ética política do Serviço Social, observamos nas protoformas da profissão no Brasil, uma ética tradicional. A ética tradicional predominou no Serviço Social nas décadas de 1930, 1940 e 1950, expressam uma das perspectivas morais da sociedade burguesa: a moral conservadora em sua articulação com a cristã neotomista⁵ e positivista⁶. O primeiro Código de Ética das (os) Assistentes Sociais foi aprovado em 1947 e apresentava uma base filosófica direcionada à ação para a manutenção da estrutura social do Estado, permeado por valores abstratos, idealistas e universais, baseado no neotomismo, com os princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum. Este código apresentava como características: a negação da historicidade e a separação entre teoria e prática e ideologia e ciência. (BARROCO, 2001).

Na década de 1960, presenciamos um momento de ruptura com os costumes e valores de ordem moral, até então vigentes, possibilitando novas alternativas e escolhas, tanto que Barroco (2001) aponta que vivenciamos neste período novos rumos direcionados para a construção de uma nova moralidade. Porém, o que se viu nos Códigos de Ética do Serviço Social de 1965 e 1975, foi a Reatualização da ética profissional tradicional conservadora, radicalmente contrário a qualquer transformação e defensor da ordem, hierarquia e disciplina, reforçando a integração harmônica ao desenvolvimento pela correção de desníveis e desajustes sociais.

Na década de 1980, presenciamos um processo de ruptura com a ética tradicional no âmbito do Serviço Social, conforme discorre Barroco (2001) permeada no âmbito político pelo conjunto de movimentos vinculados à luta pela democratização da sociedade

5 Neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de São Tomás de Aquino, o tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos. O neotomismo afirma que a filosofia é a base da fé cristã. O neotomismo trazia para muitos intelectuais a possibilidade de conjugar fé e razão, tradição e modernidade, o que condizia com as expectativas de futuro da classe dominante. (SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Positivismo X Neotomismo: Reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

6 O positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Foi com Augusto Comte (1798-1857) que o positivismo se tornou uma escola filosófica. O positivismo apagava a fé em prol da razão e do empirismo. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

que se expressaram na mobilização dos trabalhadores, no renascimento combativo das organizações sindicais, na revitalização de entidades representativas e dos movimentos de cunho popular, todos no embate pela incorporação, ampliação e garantia de direitos e consubstanciados nas discussões éticas contemporâneas. A liberdade, democracia, igualdade, justiça social, solidariedade e cidadania foram eleitos como valores, colocando na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.

Barroco (2001) afirma que é nos marcos da busca da materialidade do compromisso ético-político profissional, ancorado em valores éticos progressistas e pressupostos teóricos fundados na teoria social-crítica e tradição marxista que se dá a aprovação Código de Ética de 1986, considerado por muitos *“divisor de águas”*, na ruptura ética e ideopolítica com o conservadorismo e com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de “bem comum” e “pessoa humana”, onde os valores eram tidos como universais e acima dos interesses de classe, superando, assim, a perspectiva a-histórica e acrítica presente no interior da profissão.

Porém, apesar dos avanços possibilitados pelo Código de Ética do Serviço Social de 1986, era notório a percepção de resquícios de uma visão estática e unilateral do ponto de vista teórico-filosófico que apresentava uma leitura idealista e voluntarista, no que tange ao potencial político da profissão se colocavam como alvo de críticas, principalmente por nele se explicitar uma vinculação profissional a uma determinada classe social – a classe trabalhadora e pela negação do pluralismo e, portanto, impondo uma urgente revisão. (BARROCO, 2001).

Para Barroco (2001), na década de 1990, o debate entre Ética e Serviço Social, se fortalece e se ressignifica, pautado sobre uma reflexão ético-crítica, que assume valores libertários e democráticos com potencial de fortalecer uma Identidade Profissional articulada a um projeto societário democrático que coadunava com a construção de uma nova ordem societária, tendo por pilar a defesa intransigente de direitos e promoção do homem na sua condição humano-genérica.

Com isso, temos em 1993, a aprovação de um novo Código de Ética Profissional, que prevalece vigente até os dias atuais, expressando a maturidade teórica e intelectual adquirida pela profissão a partir das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas assumidas pela categoria profissional frente às questões sociais e demandas impostas pela realidade brasileira. No próximo item, discutiremos acerca dos onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993 e os desafios para a sua materialização na contemporaneidade frente a onda ultraconservadora que atinge a sociedade brasileira.

41 OS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 NA CONTEMPORANEIDADE: CONSERVADORISMO X RESISTÊNCIA

Em linhas gerais, Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993, visou superar a excessiva ideologização do Código de 1986 e reflete a maturidade teórica da profissão, reafirmando os valores fundamentados pautados na liberdade e justiça social, consolidado a partir da democracia; normatizou o exercício profissional, valorizando a dimensão técnico-operativa; ampliou a visão de compromisso dos profissionais com o usuário; empenhou-se na eliminação das formas de preconceito; desencadeou uma luta pela ampliação e consolidação da cidadania e pela garantia do acesso universal e igualitário dos serviços; e apresentou a defesa da participação popular.

A estrutura do Código de Ética de 1993 trata dos direitos; deveres; vedações das (os) Assistentes Sociais e dos onze (11) Princípios Fundamentais, que representam o arcabouço ideológico sobre o qual se elaborou o código e serão fruto das nossas próximas reflexões:

I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais → Ao reconhecer a liberdade como valor ético central, estamos reafirmando que os indivíduos devem ser livres na tomada das decisões. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que se deseja, desde que não prejudique outra pessoa, conforme expresso na Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadão de 1789, documento culminante da Revolução Francesa.

Segundo Barroco e Terra (2012) a(o) Assistente Social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários atendidos pelo Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central. Aqui cabe um parêntese, pois a dita “liberdade” não se concretiza efetivamente em uma sociedade formada por duas classes antagônicas, como no caso do modo de produção capitalista, na medida que as escolhas são relativas, individualistas e alienadas. Além disso, a autonomia plena e a emancipação humana não são possíveis dentro do nosso atual sistema vigente, tendo em vista que emancipação política não é sinônimo de emancipação humana.

II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo → Cabe inicialmente, desconstruirmos a visão deturpada sobre direitos humanos, propagada para uma parcela da população e reproduzida por alguns veículos midiáticos. Direitos Humanos, corresponde ao direito de qualquer cidadão, independente de classe social, sexo, raça, ou qualquer outra diferença. Todos os indivíduos devem ter seus direitos respeitados, esta defesa deve ser feita pelas (os) Assistentes Sociais de todas as formas e em todas as circunstâncias. As condutas arbitrárias revelam-se na decisão individual e no abuso de poder e tais práticas devem ser condenadas, denunciadas e

jamais praticadas pelo profissional de Serviço Social.

III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras → Exercer a sua cidadania, ser cidadão, constitui em pertencer a uma sociedade na qual exista o direito de expressão, participação e de ser compreendido. Ser cidadão, é poder gozar de direitos políticos, civis e sociais. Atualmente, não se pode entender e falar sobre cidadania sem mencionar anos de lutas para conquistar do que se denominou direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Esses direitos, são as bases para conquistar da cidadania política em um Estado Democrático de Direito, cabe a este Estado proteger juridicamente todos os direitos inerentes aos cidadãos. Sendo assim, os espaços de inserção dos Assistentes Sociais são propícios à realização de estratégias viabilizadoras de direitos e de acesso às políticas sociais. A atuação dos profissionais de Serviço Social, podem evitar que a cidadania fique restrita, a partir de ações que contribuam para a promoção do acesso integral aos direitos sociais.

IV – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida → É imprescindível, compreendermos, que a chamada “democracia” sob a regência do capital é meramente formal, ou seja, não possibilita e não efetiva a participação de todas e todos na vida política, nem materializa a liberdade de expressão. Na ordem capitalista, igualdade de oportunidades para todos sem qualquer distinção, é uma falácia. Diante disto, cabe a(o) Assistente Social lutar cotidianamente por essa participação política, visando a socialização de toda a riqueza produzida, buscando amenizar e romper com a desigualdade social.

V – Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática → A(O) Assistente Social não pode se comportar de forma “neutra”, pelo contrário, o profissional desta área deve apresentar um posicionamento político a favor dos interesses históricos da classe trabalhadora e dos grupos sub representados, sempre buscando atenuar as desigualdades existentes, no que tange o acesso aos direitos sociais.

Para exemplificar essa situação, podemos citar o debate acerca da democratização do acesso ao ensino superior, no âmbito das universidades públicas e privadas, por intermédios das cotas raciais e sociais. Essas cotas, compreendidas como ações afirmativas têm por objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego. Segundo Santos (2015), preciso resgatar a concepção de igualdade não como aplicação de regras de direitos iguais para todos, mas considerar que medidas específicas necessitam ser implementadas em função de situações diferenciadas de desenvolvimento de grupos historicamente discriminados, como os negros e pobres no Brasil, devemos falar em igualdade pensando nas especificidades.

Logo, existe na luta pelo reconhecimento da diferença, a luta pela igualdade, pela implementação de políticas universais, mas que caminhem lado a lado com políticas de ações afirmativas para a população negra e pobre. Nesse sentido, as políticas públicas e privadas deveriam sempre trabalhar no âmbito de garantir o acesso universal à educação e também respeitar as diferenças.

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças → Este princípio, rejeita qualquer conduta e atitude preconceituosa e discriminatória manifestada pela (o) Assistente Social em sua dimensão profissional. O respeito a diversidade e o incentivo às diferenças são componentes constitutivos na atuação profissional da (o) Assistente Social. O preconceito social, racial, sexual, dentre outros, vistos erroneamente por alguns indivíduos como “mimimi” ou vitimização devem ser combatidos. Qualquer manifestação pejorativa a alguém ou algum grupo social, seja fisicamente ou no âmbito digital deve ser rechaçada.

VII – Garantia do pluralismo através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual → Neste item, temos o respeito que deve ser praticado a outras correntes profissionais existentes, no sentido de reconhecimento do contraste dentro de um ambiente democrático, que deve zelar pelo diálogo e não pela imposição. Além disso, temos um compromisso firmado da(o) Assistente Social com o aprimoramento intelectual contínuo, visando acompanhar as reformulações e atualizações para que possa prestar um serviço de qualidade a sua população usuária.

VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e identidade de gênero → Neste princípio, constatamos que o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, consolidado no Projeto Ético Político, imprimi uma direção para atuação profissional diferente da proposta do atual projeto societário, que é capitalista. Por ser oposto ao atual projeto societário, o nosso projeto profissional propõe a construção de uma nova ordem societária, onde a emancipação humana não seja mais utópica e se torne real. Essa nova proposta societária supõe a erradicação de todos os processos de exploração, dominação, opressão e alienação.

IX – Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores → Neste momento, evidenciamos a importância do Serviço Social se articular com outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos ideais, valores e princípios que os presentes no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, tendo um compromisso com a luta da classe trabalhadora.

X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional → Este

ponto aborda a responsabilidade das (os) Assistentes Sociais com os serviços prestados aos usuários, por intermédio de ações, orientações, encaminhamentos e dentre outras atividades. Trata-se de um compromisso ético e o aperfeiçoamento intelectual possibilita o conhecimento dos mecanismos e instrumentos necessários para atuar diante das expressões da questão social, buscando a efetivação do acesso e ampliação de direitos.

XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física → Por fim, temos o princípio décimo primeiro que dialoga diretamente com o sexto, mas acrescenta que devemos respeitar e ser respeitado, no que tange a diversidade humana. Aqui, está visível que a(o) Assistente Social não pode atuar nem compactuar com práticas racistas; homofóbicas; misóginas; xenofóbicas; discriminatórias contra pessoas com deficiência; ou que sejamos, intolerantes a outros tipos de religião ou hábitos culturais. Em resumo, o respeito a todas as classes sociais e a pluralidade deve predominar.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela, apresenta um esforço preliminar, no sentido de articular o atual cenário político, econômico, social e cultural brasileiro, com os princípios e valores defendidos pela profissão de Serviço Social. Inicialmente, partimos de uma discussão teórica sobre a conceituação de moral e ética, para que a partir das diferenças existentes no significado dessas duas palavras, seja possível compreender, a partir do conhecimento científico, o que ocorre hoje no Brasil, através de uma perspectiva crítica de análise e de um olhar pautado na historicidade e na totalidade.

Nossa atual conjuntura, apresenta abertamente que vivemos em uma ameaça constante, fruto de uma ultra onda conservadora, de retrocessos, de utilização do ódio como instrumento político para obter hegemonia. É importante salientar, que nossa luta é coletiva, que nossa resistência é contra a instauração de um projeto fascista que deve ser combatido, através das lutas democráticas pela dignidade e em defesa dos direitos humanos.

Medidas extremistas e autoritárias, enfraquecem e inviabilizam as instituições democráticas; renunciam as liberdades individuais e impõem padrões normativos conservadores; que são antagônicos às conquistas da classe trabalhadora; disseminam ódio e desrespeito aos grupos sub representados e historicamente excluídos da sociedade.

Por isso, é nosso dever enquanto categoria profissional, lutar cotidianamente pela defesa intransigente dos direitos humanos, fortalecendo as lutas coletivas contra qualquer projeto de ordem racista, machista, LGBTfóbica, xenofóbica ou de qualquer direção que viole o direito de algum cidadão.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. Ética Fundamentos sócio- históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social).

_____. Ética e Serviço social – Fundamentos Ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROCO, M. L & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In CRESS 7a. Região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.

CFAS. Códigos de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: CFAS, 1947, 1965, 1975, 1986.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS/ABEPSS, Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009

CORTELLA, Mario Sérgio. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).

SANTOS, Diego A. Rivas. A questão da permanência de estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: um estudo do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Orientadora: Andreia Clapp Salvador, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo S. Ética. 2ª. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 e 2004.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80

Ações afirmativas 65, 66, 157, 158, 159, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 179

Assistência estudantil 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Assistente social 6, 7, 9, 12, 17, 18, 19, 27, 29, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 98, 104, 105, 106, 107, 108, 127, 147, 148, 150, 151, 155, 169

C

Código de ética 7, 25, 48, 49, 54, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 68, 76, 79, 84, 85, 86, 88, 97, 98, 100, 102, 103, 151, 152, 153

CRESS 37, 48, 68, 72, 77, 79, 89, 94, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Crise do capital 7, 8, 9, 90, 91, 110, 114, 115

Crise estrutural do capital 26, 92, 116

D

Dialética 3, 4, 15, 17, 19, 32, 34, 36, 38, 39, 114, 120, 213

Direitos humanos 54, 64, 67, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 134, 135, 140, 141, 156, 177, 179, 182, 217

Diretrizes curriculares 7, 9, 25, 28, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 47, 100, 102

Docência 43, 44, 45, 46, 47, 48, 232

E

Envelhecimento 220, 221, 222, 224, 225, 230

Estado mínimo 122, 125, 128, 134

Estado no capitalismo monopolista 111

Estatuto da cidade 194, 196, 203

Ética profissional 7, 25, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 68, 84, 85, 86, 97, 100, 102, 152, 153

F

Forças produtivas 3, 4, 8, 13, 52, 122, 124

Formação profissional 9, 11, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 69, 75, 88, 96, 109, 141, 143, 144, 150, 151

I

Identidade profissional 32, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63

Interações familiares 223

Interiorização 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 176

M

Marx 3, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 25, 34, 35, 56, 58, 87, 89, 112, 113, 114, 120, 121, 124, 132, 174, 180

Mercantilização da educação superior 91

Movimento de reconceituação 21, 23, 25, 33, 34, 39

N

Neoliberalismo 8, 20, 25, 26, 27, 29, 86, 91, 122, 125, 131, 170, 176, 178, 180

P

Parâmetros curriculares nacionais 215

Pesquisa participante 193, 196

Planejamento urbano 194, 195, 196

Pluralismo cultural 214, 218

Políticas públicas 7, 18, 57, 66, 70, 71, 72, 78, 83, 87, 98, 125, 126, 128, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 157, 158, 164, 167, 171, 183, 187, 188, 206

Programa Bolsa Família 137

Programa de Educação Tutorial (PET) 205

Projeto de extensão 142, 144, 146, 147, 148, 232

Projeto ético político 42, 54, 66, 77, 79, 97

Q

Questão social 6, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 36, 40, 50, 53, 54, 55, 67, 69, 73, 74, 75, 77, 78, 80, 92, 98, 100, 111, 126, 127, 128, 131, 133, 134, 135, 136, 150, 172, 187

R

Racionalidade humana 2, 3, 10, 210

Racismo 50, 52, 53, 54, 55, 56, 108, 158, 163, 164, 167, 169, 174, 189, 190, 191

Redes de apoio social 224, 230

Relato de experiência 99, 108, 109, 152, 155

Rodas de conversa 148

S

Serviço social 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 121, 126, 127, 132, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 169, 181, 191, 221, 231, 232

Sindicalismo 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

Sociedade burguesa 1, 2, 3, 9, 13, 14, 62

T

Terceiro setor 122, 126, 128, 131, 132, 224

V

Velhice 221, 223, 224, 229, 230


Violência 51, 52, 55, 57, 77, 83, 84, 86, 88, 92, 112, 126, 127, 130, 135, 139, 141, 188, 189, 191, 192, 216, 217, 218

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 3

 **Atena**
Editora

Ano 2021